



## **MANIFESTO dos 5 + n Cidadãos**

Documento publicado em 15/10/2012

"País que faz sempre o mesmo percurso é um país que vê sempre, mas sempre, a mesma paisagem!"

### **DECLARAÇÃO INICIAL**

Este manifesto constitui-se no culminar da Caminhada promovida pelo Movimento Revolução Branca, "REFUNDAR Portugal" - Devolver a dignidade. O Estado ao serviço dos Cidadãos.

A sua entrega aos Órgãos de Soberania pretende ser um contributo para a refundação do sistema sociopolítico de Portugal.

A iniciativa, que suporta este documento (Caminhada "REFUNDAR Portugal"), visa transmitir um sinal claro, à classe política, da coragem e da determinação que os membros deste Movimento possuem para desenvolver a sua missão e atingirem os objectivos a que se propuseram perante a sociedade portuguesa.

A mesma iniciativa serve para demonstrar aos Cidadãos, incluindo todos os que se encontram em situação limite, que, queiram ou não, estão envolvidos no estado de emergência em que nos encontramos, que devem demonstrar, a si próprios e aos seus filhos, que são senhores do seu destino, um destino que contempla, de forma permanente, o respeito pela dignidade do Homem e que não está, fatalmente, nas mãos daqueles que nos governam e representam.

Sendo um documento que culmina numa actividade (Caminhada "REFUNDAR Portugal"), o mesmo não pode ser visto como um fim, mas, antes, como o princípio de uma nova era, uma era de mudança que se quer pensada, serena, contudo igualmente determinada e irreversível.

Uma nova era sociopolítica que devolva a Dignidade aos Cidadãos e que coloque, de forma basilar, o Estado ao Serviço dos Cidadãos e abandone o princípio em que temos vivido: o do Estado se confundir com os partidos políticos e de se servir dos Cidadãos, exercendo sobre estes atributos de direito de propriedade, tratando-os não como pessoas, mas como uma coisa do qual se dispõe, como um garante infinito para as dívidas que contrai, em benefício de poucos, alienando e hipotecando, por essa via, o futuro de gerações.

O conhecimento levou à criação deste movimento cívico, rigorosamente apartidário e distante de qualquer força política, existente no nosso espectro político, dentro ou fora da Assembleia da República, que reúne diversos Cidadãos de distintas formações e vivências, representantes de diferentes gerações e sectores da sociedade civil.

O mesmo conhecimento suportou um sentimento profundo de inconformismo, desses mesmos Cidadãos, levando-os a iniciar este caminho de mudança com o objectivo de "REFUNDAR Portugal".



## **MANIFESTO dos 5 + n Cidadãos**

Documento publicado em 15/10/2012

"País que faz sempre o mesmo percurso é um país que vê sempre, mas sempre, a mesma paisagem!"

### **ENQUADRAMENTO**

#### **Não podemos aceitar que**

- *Portugal, desde o 25 de Abril de 1974, tenha atingido, por 3 vezes (1977 / 1983 /2011), a situação de BANCARROTA;*
- *Sabendo a classe política, com toda a segurança, pelo menos desde 1998, que a situação em que Portugal actualmente se encontra poderia acontecer, e nada ter feito, antes pelo contrário, para a evitar;*
- *Os que hoje são governo e oposição, afinal, são os mesmos que já nos governaram, viveram à custa do sistema ou à sombra dele e continuam, candidamente, a governar-nos e a se governarem, sem qualquer mácula ou reconhecimento de culpa, tendo tido toda a Liberdade para seguirem o presente rumo, sem que nada nem ninguém tenha feito fosse o que fosse para impedir o presente desfecho.*

**Consideramos que, seguindo este percurso, é impossível manter a existência da República Portuguesa,** pois não se conseguem efectivar os princípios centrais e aglutinadores da nossa Constituição previstos nos seus Artigos 1.º (República Portuguesa) e 2.º (Estado de direito democrático).

Universalmente é aceite o seguinte princípio: um problema tem sempre origem numa ou mais causas. Para o resolvermos temos que anular a causa, ou causas, que o provocam.

#### **É patente para todos os Portugueses que**

*"A classe política organizou o país, nas últimas décadas, para viver à custa dos cidadãos e não para os Cidadãos. Criou estruturas repetidas no próprio Estado; alimenta, no Orçamento, milhares de entidades que não têm de prestar contas; controla sectores estratégicos, fomentando monopólios e cartéis, para obter o maior lucro no mais curto espaço de tempo, a que junta os centros de interesses como a grande maioria das Parcerias Público Privadas!"*

**Resulta claro que, partindo daquele princípio universal, a causa do nosso problema torna-se clara e tem de ser anulada e estripada.**

**Pois, se não o for,** "País que faz sempre o mesmo percurso é um país que vê sempre, mas sempre, a mesma paisagem!"

**Assim sendo, o percurso do País tem de ser fatal e urgentemente alterado, tornando-se necessário "REFUNDAR Portugal".**



## **MANIFESTO dos 5 + n Cidadãos**

Documento publicado em 15/10/2012

"País que faz sempre o mesmo percurso é um país que vê sempre, mas sempre, a mesma paisagem!"

### **REFUNDAÇÃO - EIXO 1 - Reconquistar a confiança dos Cidadãos na classe política.**

#### **Este objectivo implica um duplo esforço:**

**Por um lado, apurando-se as RESPONSABILIDADES** daqueles que nos governaram, legislaram e representaram na mais alta magistratura do Estado, quanto ao estado de total Insolvência e Bancarrota em que caímos, promovendo uma rigorosa e esclarecedora investigação no processo 9276/12.0TDPRT (**PARTICIPAÇÃO CRIME, contra titulares de cargos políticos, pelo crime de TRAIÇÃO À PÁTRIA**).

Face ao sentimento transversal a todos os Cidadãos, de total e crescente desprezo pela classe política, independentemente de classe social, formação académica ou poder económico, vemos esta atitude como a derradeira oportunidade para a classe política, dentro da mesma, separar o trigo do joio.

Se tal joio existir, temos a possibilidade, de forma pacífica e suportada no respeito pelos princípios democráticos que nos movimentam, que a incompetência seja substituída e os que permitiram que perdurasse, por desinteresse da causa pública, sejam punidos.

Caso o que nos tenha feito chegar aqui não tenha sido incompetência, mas sim corrupção<sup>1</sup> (conforme significado enquadrado na ciência política: "*Entende-se, por um lado, um conjunto de comportamentos tipificados como sendo criminosos pelo direito aplicável e, por outro lado, a inadequação moral, política, social entre os princípios constitucionalmente declarados e formalmente previstos, e as práticas de relacionamento entre a Administração pública e os sectores políticos que administram ou os interesses privados e de cidadania*"), devem os corruptos ser punidos e aqueles que permitiram, de forma passiva ou activa, que a corrupção perdurasse, também o devam ser.

Tal esclarecimento, seguramente, contribuirá para aumentar a credibilização dos titulares de cargos políticos junto dos Cidadãos e evitar, caso algo seja apurado, que situações idênticas se repitam ou saiam impunes, garantindo a existência de uma verdadeira democracia em Portugal.

#### **Por outro, aproximar e responsabilizar o eleito do eleitor.**

**Desde logo retirando-se aos partidos políticos o exclusivo dogmático e caduco de serem os únicos representantes do Povo eleitor na Assembleia da Republica**, abrindo este Órgão à sociedade e àqueles que não se revêem nos partidos políticos, **permitindo-se, que Listas de Cidadãos independentes possam concorrer às eleições legislativas, em igualdade de circunstâncias, direitos e deveres dos partidos políticos.**

Igualmente, se deve **ponderar a adopção do sistema de listas abertas para as eleições legislativas**, reflectindo, a lista dos eleitos, as escolhas claras e directas dos eleitores, que votariam no partido/lista que tivessem por bem, podendo votar no deputado que desejassem ver como representante do Povo.

<sup>1</sup> SOUSA, Luís; TRIÃES, João (2008). *Corrupção e os Portugueses – Atitudes, Práticas e Valores*



## **MANIFESTO dos 5 + n Cidadãos**

Documento publicado em 15/10/2012

"País que faz sempre o mesmo percurso é um país que vê sempre, mas sempre, a mesma paisagem!"

### **REFUNDAÇÃO - EIXO 2 - Cumprimento total e escrupuloso da Constituição da República.**

**É CRÍTICO o cumprimento escrupuloso de todas as normas constitucionais** sob pena, se assim não for, de existir uma factual perda de soberania e legalidade (Artigo 3.º);

**Sendo UNIVERSAL a validade desta afirmação**, "Só uma capacidade económica sustentável permite garantir a independência nacional e garantir condições políticas, sociais e culturais que a promovam. Sem capacidade económica sustentável nada existe e, se existe, não tem possibilidade de perdurar no tempo porque, simplesmente, não é sustentável".

**É INACEITÁVEL que uma qualquer opção política justifique o desrespeito por normas constitucionais.**

**É necessário RECUPERAR a SOBERANIA e a LEGALIDADE:**

"...DEFENDER, CUMPRIR e FAZER CUMPRIR a Constituição da República Portuguesa."

Constituição da República Portuguesa - Artigo 127.º (Posse e juramento)

**O Art. 127º da C.R.P. tem sido sistematicamente esquecido e obliterado por quem de direito.**

**Não se entende nem se aceita que, face ao definido na Constituição para a ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA, se tenha derogado os mais elementares princípios, como as alíneas constantes dos princípios fundamentais** (Artigo 80.º), a saber, por exemplo, a subordinação do poder económico ao poder político democrático; **das incumbências prioritárias do Estado** (Artigo 81.º), como, por exemplo, assegurar a plena utilização das forças produtivas, designadamente zelando pela eficiência do sector público; a que se acrescentam **os objectivos dos planos** (Artigo 90.º), **os objectivos da política agrícola** (Artigo 93.º), **os objectivos da política comercial** (Artigo 99.º) e **os objectivos da política industrial** (Artigo 100.º).

**Consideramos, deste modo, que a única forma de tornar possível o cumprimento das Tarefas fundamentais do Estado (Artigo 9.º)**, que são os verdadeiros alicerces da Constituição, é repor, imediatamente, os princípios constitucionais derogados e supra referidos.

**É igualmente inconcebível que, face ao definido na Constituição, o Banco de Portugal** (Artigo 102.º), personificado pelos seus governadores e administradores, tenha, de forma grosseira, negligenciado e violado os seus deveres constitucionais.

**Exige-se o apurar de RESPONSABILIDADES**, promovendo, através do Ministério Público, uma rigorosa e esclarecedora investigação, que incida sobre o cumprimento das funções de titulares de cargos políticos, no sentido de se apurar se estamos, ou não, perante um crime **de ATENTADO CONTRA A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.**



## **MANIFESTO dos 5 + n Cidadãos**

Documento publicado em 15/10/2012

"País que faz sempre o mesmo percurso é um país que vê sempre, mas sempre, a mesma paisagem!"

### **REFUNDAÇÃO - EIXO 3 - Governação.**

*"Aqueles que hoje nos governam e que proclamam, em alta voz, a necessidade de assumirmos um elevado sentido patriótico e de sacrifício, foram os mesmos que, durante estas duas últimas décadas, alternaram entre governo e oposição, desempenharam cargos de relevo, beneficiando das relações sombrias entre os interesses privados e o Estado, viveram do sistema partidário, ou à sombra dele, não se lhes conhecendo nenhuma atitude de revolta, dentro ou fora dos seus partidos, para alterarem a situação e acordarem os restantes milhões de portugueses deste sono profundo."*

O Movimento Revolução Branca nada tem contra a existência de partidos políticos, porém não pode tolerar que os mesmos, escondendo interesses económicos e outros de índole secreta, se arroguem o direito de se confundirem com o Estado e quererem personificar este.

O Estado é o POVO. Não são os partidos políticos nem as suas máquinas, nem os seus interesses, nem os interesses ocultos daqueles que patrocinam esses mesmos partidos.

O ESTADO SÃO AS PESSOAS, AS FAMILIAS, OS CIDADÃOS!

*"A classe política Portuguesa toma endemicamente, geneticamente, o caminho de conduta permanente de má governação (irresponsabilidade, falta de transparência, coerência, eficácia e eficiência) orientada não para os fins públicos, mas para os mais obscuros interesses que raíam a corrupção. Porém, nos seus discursos, pedem-nos e louvam-nos a paciência, não para o nosso bem, mas para poderem sobreviver em tão difíceis tempos."*

Para o Movimento Revolução Branca, é inevitável, face à situação a que o país chegou, à desconfiança, sem precedentes, que os Cidadãos portugueses possuem da classe política e, sublinhe-se, com reais fundamentos, que o Presidente da República tome, para o bem comum, as seguintes atitudes:

- Dissolução do governo;
- Nomeação de governo de iniciativa presidencial, chefiado por personalidade de reconhecido mérito, apartidário, e reconhecido, consensualmente, pelos partidos representados na Assembleia da República e organizações da sociedade civil com assento na concertação social;
- À personalidade nomeada, deverá ser solicitado que, pelo menos, os Ministérios da economia, finanças, educação, justiça, segurança social e administração interna, sejam chefiados, também, por personalidades de reconhecido mérito, apartidários, e reconhecidos, preferencialmente por consenso, pelos partidos representados na Assembleia da República e organizações da sociedade civil com assento na concertação social;
- O governo deverá ser nomeado para governar durante o período temporal, respeitante à legislatura que estava prevista para o governo dissolvido;
- A Assembleia da República deverá reabrir o processo de revisão constitucional de modo a retirar o exclusivo, dogmático e caduco, dos partidos políticos serem os únicos representantes do Povo eleitor na Assembleia da República, permitindo-se que listas de Cidadãos independentes, suportados pela sociedade civil, possam concorrer às eleições legislativas, alterando-se concomitantemente as leis eleitorais, de modo a se assimilar plenamente a vontade do Povo português.

*"Ao contrário do que a classe política nos quer fazer crer, o que nos fez chegar a esta situação de miséria, começa e acaba aqui mesmo, em Portugal, é um problema exclusivo do nosso país e somos nós próprios que o temos de resolver."*